

# EDIÇÃO ESPECIAL

	<b>IPASSP - SM</b>		<input type="text" value="NOME"/>			
	CNPJ: 04.870.834/0001-09					
D.IR	SF	REFERENCIA	MATRICULA	ADMISSAO	CARGO OU FUNÇÃO	NIVEL

## PROFESSOR: SUA APOSENTADORIA ESTÁ AMEAÇADA!



**Ciclo Formativo sobre Previdência**  
Página 3



**Professores vão parar dia 13 de junho**  
Contracapa

## EDITORIAL

## PEC 66: UM RISCO REAL PARA NOSSAS APOSENTADORIAS E PARA O SERVIÇO PÚBLICO

Tramita no Congresso Nacional, com previsão de votação até julho, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023, que amplia os prazos para que prefeituras e governos parecem, mais uma vez, suas dívidas com os regimes próprios de Previdência. Isso, que à primeira vista parece apenas uma medida contábil, esconde um grave ataque às aposentadorias de servidores públicos municipais, como nós, professoras e professores da rede de Santa Maria.

Na prática, essa proposta permite que gestores que não cumpriram com suas obrigações com os fundos previdenciários continuem postergando dívidas, com redução de juros, multas e encargos. O efeito é devastador: enfraquece a sustentabilidade

dos fundos, cria desequilíbrio financeiro e, mais uma vez, coloca sobre os ombros dos trabalhadores a responsabilidade de “salvar” a Previdência — aquela mesma à qual sempre contribuimos corretamente, mês a mês, sem atrasos.

Se essa PEC for aprovada, dará fôlego para que prefeituras aleguem “déficit previdenciário” como desculpa para não proporem reformas locais, como a que já está sendo ges-

tada em Santa Maria. Reformas que significam perda de direitos, aumento da idade para aposentadoria, elevação de alíquotas e piora nas condições de vida de quem dedicou sua trajetória inteira ao serviço público.

O mais grave é perceber que o mesmo discurso que sustenta a PEC 66 é usado aqui, na nossa cidade: um suposto “rombo” que não nasceu das nossas aposentadorias, mas sim da má gestão dos repasses, dos parcelamentos sucessivos e dos calotes históricos que o próprio poder público deu na Previdência.

O magistério municipal está atento e mobilizado. Entender o que está acontecendo em Brasília é fundamental para compreender o que se desenha no cenário local. A defesa da Previdência é, hoje, uma luta urgente. Proteger nosso direito de aposentar com dignidade é proteger também a valorização da nossa carreira e a continuidade de uma educação pública forte.

Se tem algo que essa conjuntura nos ensina é que não podemos baixar a guarda. A PEC 66 é mais um capítulo de um roteiro antigo: desresponsabilizar os governos e jogar o peso sobre quem trabalha. Não aceitaremos!

Unidade, mobilização e resistência. É hora de defender nossos direitos, nosso futuro e a Previdência pública!

## PREVIDÊNCIA

## A CONTA NÃO É DOS SERVIDORES

Especialista Luciano Fazio analisa cenário de reforma previdenciária no município



Ao longo dos últimos anos, servidores públicos de todo o país vêm acompanhando, com preocupação, uma série de reformas que alteram as regras da Previdência, sempre no mesmo sentido: aumentar tempo de contribuição, elevar alíquotas e reduzir benefícios. Agora, um novo risco se apresenta, com impactos diretos na sustentabilidade dos regimes próprios de Previdência Social (RPPS): a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023, que tramita na Câmara dos Deputados.

A proposta permite que estados e municípios parecem, mais uma vez, suas dívidas com os institutos de Previdência, jogando para o futuro a responsabilidade de honrar esses compromissos. O alerta vem do especialista em Previdência Pública Luciano Fazio, contratado pelo Sinprosm, que acompanha de perto os impactos desse tipo de medida em todo o país.

Luciano explica que esse tipo de parcelamento não é novidade. Desde os anos 1990, os governos se valem desse recurso, sempre com o discurso de “equilibrar as contas” ou “aliviar o caixa” em momentos de dificuldade. No entanto, o efeito

prático é o oposto do desejado: ao adiar pagamentos, cria-se um ciclo vicioso de inadimplência, que compromete a saúde financeira dos RPPS, enfraquecendo sua capacidade de garantir aposentadorias e pensões futuras.

No modelo atual, além dos parcelamentos, há também uma sistemática retirada de recursos das previdências públicas. Isso acontece por meio de terceirizações, contratações temporárias, precarização dos vínculos de trabalho e falta de realização de concursos. Esses fatores resultam em menos servidores efetivos contribuindo, enquanto o número de aposentados cresce continuamente.

Fazio destaca que, enquanto os servidores seguem cumprindo com rigor suas obrigações, os governos — especialmente os municipais — ignoram a parte que lhes cabe no financiamento do sistema. “A lógica tem sido transferir todo o peso do equilíbrio dos regimes previdenciários para os trabalhadores, como se eles fossem os culpados. E não são. Quem gerou o desequilíbrio foram as administrações, que não realizaram os aportes necessários,

## ARTIGO

# TRABALHO, APOSENTADORIA E PREVIDÊNCIA: UMA EQUAÇÃO QUE NÃO FECHA

não contrataram servidores efetivos e, frequentemente, usaram recursos da Previdência para outros fins”, alerta.

A PEC 66, caso aprovada, ampliará novamente os prazos para que municípios e estados paguem suas dívidas com os institutos de Previdência. Na prática, isso significa que a conta será empurrada para os próximos anos — ou para as próximas gerações de servidores. Enquanto isso, os aposentados e pensionistas ficam cada vez mais expostos à insegurança e à possibilidade de não receberem seus proventos como garantido por lei.

Esse cenário de risco não é abstrato. Em Santa Maria, o debate sobre a Previdência municipal se intensifica com a sinalização da administração de que uma nova reforma está sendo preparada. A proposta, que deve ser apresentada nos próximos meses, preocupa a categoria, que já amarga os efeitos da reforma nacional de 2019 e dos sucessivos aumentos das alíquotas, sem qualquer contrapartida concreta do município.

Segundo Fazio, há uma distorção grave na condução das discussões sobre Previdência. “A narrativa oficial sempre aponta para o suposto ‘déficit previdenciário’, sem discutir as causas estruturais desse desequilíbrio. Não se fala sobre a falta de concursos públicos, sobre a precarização do trabalho, sobre as dívidas

que os próprios governos acumularam com os institutos. A culpa, no discurso oficial, recai única e exclusivamente sobre os servidores.”

O especialista alerta, ainda, que não existe Previdência sustentável sem responsabilidade na gestão pública. Isso significa manter os institutos previdenciários devidamente capitalizados, garantir políticas de contratação efetiva, evitar terceirizações e honrar os aportes patronais previstos em lei.

Para os servidores municipais de Santa Maria, o momento exige atenção redobrada e mobilização constante. A categoria, organizada pelo Sinprosm e em articulação com outros sindicatos, segue em estado de alerta, acompanhando os desdobramentos tanto da PEC 66 quanto da possível reforma municipal.

O recado de Luciano Fazio é claro e direto: “Se há uma crise nos regimes próprios de Previdência, ela não é culpa dos trabalhadores, mas sim do descaso e da má gestão de sucessivos governos. E quem deve pagar essa conta não são os servidores, que dedicaram sua vida inteira ao serviço público e cumprem mensalmente sua parte.”

Diante desse cenário, o sindicato reforça que lutar pela Previdência pública não é só defender aposentadorias, mas também garantir que as futuras gerações de servidores tenham segurança, dignidade e respeito.

## CICLO FORMATIVO SOBRE PREVIDÊNCIA SEGUE COM NOVOS ENCONTROS

O debate sobre a Previdência segue como pauta central para os professores e professoras da rede municipal. Atendendo à deliberação da assembleia, o Sinprosm está promovendo o Ciclo Formativo sobre Previdência, com o objetivo de aprofundar o entendimento da categoria sobre os impactos das reformas que estão sendo propostas e fortalecer a organização coletiva para enfrentar os desafios que se colocam.

Após o primeiro encontro, realizado no dia 3 de junho, o ciclo terá continuidade nos dias 9 e 16 de junho, sempre na sede do Sinprosm (Rua André Marques, 418), às 18h.

O encerramento deste processo de formação se dará em uma Plenária Geral, marcada para o dia 26 de junho, às 18h, na Escola Municipal de Aprendizagem Industrial (EMAI)

Este será um espaço ampliado, aberto a todos os professores e professoras da rede, para consolidar as discussões, alinhar estratégias e deliberar sobre os próximos passos da mobilização em defesa dos nossos direitos previdenciários.

A participação de todos é fundamental. É momento de estudar, dialogar e se preparar para defender nossas aposentadorias e o futuro de toda a categoria.

O trabalho é um dos pilares que sustentam a sociedade, seja na geração de renda, no desenvolvimento econômico, no fortalecimento das relações sociais ou na construção da dignidade humana. Porém, na prática, os frutos desse trabalho nem sempre retornam de forma justa para quem o realiza. O que se impõe aos trabalhadores é uma rotina exaustiva, salários defasados, perda de direitos e insegurança quanto ao futuro.

De acordo com pesquisa do Instituto Ipsos (2024), o brasileiro dedica, em média, 74% de sua vida adulta ao trabalho — cerca de 43 anos. E o que deveria garantir segurança, estabilidade e uma aposentadoria digna, na prática, se torna fonte de insegurança, especialmente diante dos sucessivos ataques aos sistemas de previdência pública.

A Previdência, garantida na Constituição de 1988, é um direito social, contributivo e solidário. Mas esse direito tem sido alvo constante de reformas, sempre com o mesmo roteiro: justificar déficits, projetar o envelhecimento populacional e transferir a conta para os trabalhadores, ignorando a responsabilidade dos governos na má gestão dos fundos, na falta de políticas públicas que gerem emprego formal e na ausência de concursos públicos para repor servidores.

Desde 1988, foram sete reformas previdenciárias no país, todas impondo perdas. E agora, o cenário se repete em Santa Maria, com a ameaça de uma reforma da Previdência local. Os servidores, que cumprem rigorosamente suas obrigações, assistem à tentativa de responsabilização por um suposto déficit que, na verdade, é con-

sequência direta de décadas de terceirização, contratos temporários, salários achatados e falta de repasses patronais adequados.

A realidade é clara: quanto menos trabalhadores efetivos, menor é a arrecadação previdenciária. E quanto menor essa arrecadação, maior o risco de desequilíbrio, o que, por sua vez, é usado como argumento para novas reformas, criando um ciclo perverso. Enquanto isso, as administrações seguem terceirizando serviços, precarizando vínculos e desvalorizando o serviço público.

Diante desse cenário, cabe à categoria refletir: até quando servidores e servidoras pagarão a conta de gestões irresponsáveis? Até quando aceitar que a solução para os problemas da Previdência seja sempre sacrificar quem trabalha?

Por isso, mais do que nunca, é urgente fortalecer a mobilização. Espaços como o Fórum de Lutas em Defesa do Serviço Público, a instalação da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público Municipal e as audiências públicas são fundamentais para que os trabalhadores estejam bem informados, preparados e organizados para resistir.

O Sinprosm, junto aos demais sindicatos de servidores, reafirma seu compromisso com a defesa dos direitos da categoria. Seguiremos atentos, mobilizados e prontos para enfrentar qualquer tentativa de retirar direitos. Previdência é direito. É dignidade. É segurança no presente e no futuro.

**Texto: Lenir Keller, professora aposentada da Rede Municipal de Ensino**

## ASSEMBLEIA: PARALISAÇÃO EM 13 DE JUNHO



Aprovação de ato e assembleia no dia do azar na Praça Saldanha Marinho foi aprovado por unanimidade pela categoria

Na noite de 29 de maio, o Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria (Sinprosm) realizou Assembleia Geral Ordinária, na Escola Municipal de Aprendizagem Industrial (EMAI). A categoria debateu as condições de trabalho nas escolas, a situação salarial, a proposta de reforma da Previdência que deve ser apresentada pela prefeitura e a prestação de contas do exercício de 2024.

A insatisfação com o governo municipal ficou evidente em cada fala. A ausência de reajuste salarial — que deveria ter sido garantido desde janeiro, com base no Piso

Nacional do Magistério — somada às péssimas condições de trabalho, falta de profissionais e estrutura precária nas escolas, compõem um cenário de desvalorização e desrespeito com a educação pública e seus profissionais.

Outro tema que mobilizou a assembleia foi a proposta de reforma da Previdência a ser apresentada pela gestão municipal nos próximos meses. A categoria manifestou preocupação com os impactos sobre suas aposentadorias e decidiu aprofundar o debate, com a realização de grupos de estudos sobre Previdência, que irão subsidiar uma plenária

específica sobre o tema nas próximas semanas.

Todas as propostas apresentadas pela plenária foram aprovadas por unanimidade, com destaque para a realização de uma paralisação geral dos professores municipais no dia 13 de junho, uma sexta-feira 13, sob o lema “Azar MESMO é ter um governo péssimo!”. A mobilização contará com um ato na Praça Saldanha Marinho, acompanhado de uma assembleia pública.

Além da paralisação, a assembleia aprovou também a formação de um grupo de estudos sobre Previdência, com o objetivo de aprofundar os debates e esclarecer os impactos que a proposta de reforma trará para os servidores, culminando em uma plenária específica sobre o tema. Outro encaminhamento importante foi o boicote a atividades propostas pela SMED.

Para a coordenadora de Formação Sindical e Comunicação do Sinprosm, Celma Pietczak, o momento exige unidade, resistência e mobilização.

“A assembleia mostrou, mais uma vez, que a categoria não aceita esse pacote de maldades que está se desenhando num futuro muito próximo. Salário congelado sem reajuste, escola sucateada e reforma da Previdência que nos tire direitos não podem ser naturalizados. É hora de seguirmos juntos, firmes e mobilizados, para defender nossos direitos e a educação pública.”

## GOLPE EM NOME DO SINDICATO!

Colegas estão recebendo, via WhatsApp, mensagens como a da imagem, sobre um suposto valor a receber referente a processo judicial ganho pelo Sinprosm.

Dois números estão sendo utilizados pelos golpistas, que usam indevidamente a foto do assessor jurídico do sindicato, Giorgio Forgiarini, e até a logomarca do Sinprosm. As mensagens incluem dados reais dos professores, como nome e matrícula, o que torna a situação ainda mais grave.

### Reforçamos:

- O Sinprosm NÃO faz esse tipo de contato individual sobre processos judiciais por WhatsApp.
- NÃO solicita pagamento de taxas, depósitos ou informações bancárias via mensagem.
- Se você foi abordado ou, infelizmente, caiu no golpe, registre imediatamente um Boletim de Ocorrência online na Polícia Civil do Rio Grande do Sul, através do site: [www.delegaciaonline.rs.gov.br](http://www.delegaciaonline.rs.gov.br)
- Também é recomendado que bloqueie os números e não forneça nenhuma informação adicional.

O Sinprosm já está tomando as medidas cabíveis para responsabilizar os autores desse crime.



Primeira Classe é uma publicação bimestral do Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria

CNPJ: 92458835/0001-08  
Rua André Marques, 418. CEP: 97010-040  
Santa Maria - RS  
Contato: (55) 3025-5458



PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA,  
REDAÇÃO, REVISÃO E  
DIAGRAMAÇÃO:

Rodrigo Ricordi - MTB 17.101

Impressão: Jornal Gazeta do Sul  
Tiragem: 2.600 exemplares

COORDENAÇÃO:

Organização e Patrimônio: Juliana Corrêa Moreira  
Aposentados: Vera Terezinha Simon do Monte  
Comunicação e Formação Sindical: Celma Pietczak  
Finanças: Marta Hammel  
Educação Infantil: Deise da Silva  
Escolas do Campo: Silvane Baptista Oliveira